

ACTA N.º 28/2011

Acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

*Aos catorze dias do mês de Dezembro de 2011, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Actividades Económicas, compareceram pelas 12.20 horas, o Sr. Vice-Presidente, **José Carlos Costa Barros** e os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Francisco José Cristo da Palma**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira**, e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 63º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

ABERTURA DA REUNIÃO: - *Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

- **PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO;**
- **ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012;**
- **MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2012;**
- **TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM OBJECTIVO DE EQUILIBRAR O DESVIO NO TARIFÁRIO APLICADO PELA VRSA SGU NOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS;**
- **TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM OBJECTIVO DE EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO;**

- ACORDO DE AFECTAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS ENTRE ENTIDADES DO GRUPO ECONÓMICO CONSOLIDANTE MUNICÍPIO;
- DELEGAÇÃO DE PODERES EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA VRSA SGU EM, SA, PARA DELIBERAÇÃO SOBRE TARIFÁRIO A APLICAR AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NO CONCELHO E DESCONTOS NAS TARIFAS DE DISPONIBILIDADE E DE CONSUMOS PARA OS CLIENTES DO TIPO NÃO DOMÉSTICOS;
- APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS;
- REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL.

DELIBERAÇÕES: - *Foram tomadas as seguintes deliberações:*

PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira produziu os seguintes comentários sobre o ponto em discussão:

“A proposta ora apresentada é o exemplo acabado de que caminhamos inexoravelmente para uma recessão com um fim duvidoso.

Pensamos que merecem ser destacadas algumas afirmações de pessoas com indiscutível responsabilidade pública, vejamos então:

As propostas do Governo merecem muita preocupação, nomeadamente a diminuição do Produto Interno Bruto, o aumento do desemprego, que vai ser maior do que o projectado, e a redução do investimento, quem o disse foi Silva Peneda presidente do Conselho Económico e Social;

As previsões do Banco de Portugal são extremamente preocupantes, maior redução das remunerações reais dos portugueses verificadas nos últimos 27 anos, dívida externa aumenta, investimento recua 20%, desemprego dispara para 13,6% e o PIB per capita diverge da média da EU, seremos ultrapassados pela Eslováquia (caímos para 20º lugar da EU), comissário europeu para os assuntos económicos, Olli Rech, lamentou tão desastrosas perspectivas;

Vivemos cercados de impostos e carentes de crescimento económico, e isso esgota a nossa capacidade de gerar receitas, quem o afirmou foi Manuela Ferreira Leite.

A Sra. Vereador Jovita Ladeira continuou a sua intervenção afirmando:

“A realidade está à vista de todos!

Em Portugal muitos viram e verão desaparecer o seu trabalho. As empresas têm dificuldades e fecham a um ritmo estonteante. Há desempregados porque as empresas desapareceram, e há desempregados porque algumas empresas tentam sobreviver mas que face às dificuldades porque atravessam deverão passar por um calvário até à insolvência e deixar mais pessoas no desemprego sem lhes poder pagar.

Hoje os políticos quem têm na sua mão a capacidade de decisão olham exclusivamente para um lado, a disciplina orçamental e esquecem a necessidade de haver estímulo ao crescimento económico. A nota comum é a ausência de políticas para o emprego e crescimento económico. Austeridade e mais austeridade é a receita dos nossos governantes, os sacrifícios que são pedidos às pessoas, às famílias e às empresas são de efeito recessivo. Temos 700 mil desempregados em Portugal, 30% de jovens que estão desempregados e 84% destes não recebem subsídio de desemprego, a taxa de desemprego deverá atingir os 13,6 % e tende a aumentar. Desde o início do ano faliram 3397 empresas a uma média de 14 empresas em cada dia útil. Se olharmos para os dados divulgados hoje verifica-se que os novos desempregados subiram 20% face a 2010 e as ofertas de emprego desceram 23,2%. A subida do desemprego registado acontece em simultâneo com a retracção económica.

O Algarve está acima das médias nacionais, bate recordes em taxas de desemprego e de falências. É a região do país em que o desemprego no sector da construção se agravou 28% e representa já mais de um quarto dos desempregados, em razão de uma quebra de 62% e de 84% respectivamente no sector privado da construção e no mercado das obras públicas.

A economia regional enfrenta a situação mais grave das últimas décadas!

A austeridade absoluta está a criar desemprego, falências e pobreza!

A receita de quem nos governa é austeridade e mais austeridade centrada única e exclusivamente nas matérias financeiras e monetárias e na redução dos custos do trabalho, relegando para plano secundário as questões estruturais da economia e da sociedade. Políticas de estímulos às empresas em sectores que possam puxar pela economia, tão necessárias para a criação de emprego e de riqueza, foram pura e simplesmente abolidas!

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu ainda que no panorama do que acabou de aludir são exemplo as decisões de cancelamento de apoio e linhas de crédito para projectos na área da hotelaria que visavam o desenvolvimento dos Produtos Turísticos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Nacional do Turismo; a determinação de que na nova estratégia turística para o Algarve não há interesse na criação nem no apoio ao surgimento de novas unidades hoteleiras a sul da EN125 e a norte dela só haverá apoio em determinados concelhos, priorizando-se apoios à requalificação das unidades já existentes; congelamento da construção do Hospital Central do Algarve e a retardação da requalificação da EN125.

É nesta catadupa de abolição de apoios acrescido das volatilidades das actuais condições dos mercados financeiros do mundo, razão que leva as entidades bancárias a recusarem financiamento, que esta empresa é apanhada.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira enfatizou que se vive uma situação excepcional, de emergência, e seria irresponsável que não se olhasse para a situação real em que o país e o concelho neste momento estão. O desemprego é um problema grave na sociedade vila-realense, pois cresceu 127% nos últimos 3 anos.

Estes dados embora não os possamos desenquadrar do contexto nacional e internacional, são reveladores de que as opções estratégicas de desenvolvimento para o concelho não têm sido as mais adequadas.

É precisamente a pensar na possibilidade de falência de mais uma empresa, com sede no concelho de Vila Real de Santo António, que representa o pão de muitas famílias e que necessariamente mergulhariam na pobreza e na exclusão social, mas também a pensar na possibilidade de mais oportunidades de emprego para os desempregados e jovens à procura do 1º emprego que nos iremos abster na proposta em causa.

Que fique claro que o voto do PS é pelas pessoas, se estivesse só em causa a proposta e o País e o concelho vivesse uma situação de normalidade, naturalmente que o voto do PS não iria ser de abstenção!

E porque para o PS a criação de emprego é um desígnio inadiável, no quadro da proposta do Plano de Combate ao Desemprego para o concelho de Vila Real de Santo António que recentemente apresentou, que mais não pretendeu ser do que um sério contributo para a criação de emprego no concelho vilarealense, mas que sobre o qual o Senhor Presidente da Câmara manifestou “desagrado e repúdio”, o PS recomenda que nas obras a desenvolver no espaço em causa se integrem trabalhadores do concelho, e que igualmente se faça privilegiar nas subempreitadas, fornecimentos e aquisição de serviços empresas com sede no concelho.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a alteração do Plano de Pormenor da Zona de Expansão Poente de Monte Gordo, em conformidade com o nº. 2 do artigo 74.º, do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual (RJIGT), com base nos Termos de Referência em anexo (Anexo V), publicar o teor desta deliberação de Câmara sob a forma de Aviso no Diário da República, na comunicação social e na página da Internet do Município, estabelecendo os respectivos prazos de elaboração e o período de participação a que se refere o nº. 2 do artigo 77º. do (RJIGT), comunicar à CCDR-ALG, que em entendimento da Câmara Municipal, esta alteração dispensa os trabalhos referentes à avaliação ambiental estratégica, mapa e plano municipal de redução de ruído, nos termos e efeitos do nº. 5 do artigo

74º. do (RJIGT), e notificar a ISR- Construções Imobiliárias, S.A., nos termos e efeitos do nº. 1 do artigo 6º. - A do referido Decreto-Lei, concedendo à mesma, um prazo nunca superior a trinta dias, para a entrega, da respectiva minuta de proposta de contrato de planeamento, documento que constitui parte integrante da presente acta.

ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que lamenta o facto do Orçamento para 2012 não estar acompanhado pelo documento das Grandes Opções já que estas é que exprimem as opções políticas, prioridades e reajustamentos do executivo para o Concelho de Vila Real de Santo António no ano de 2012 sendo que o orçamento são números que corporizam essas opções e linhas estratégicas. A Sra. Vereadora Jovita Ladeira informou a Câmara de que a discussão política do documento e a posição do PS sobre o mesmo seria reservada para sede de reunião de Assembleia Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano de 2012, actualizar as Taxas constantes em todos os Regulamentos Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório OE 2012, em 3,1 %, submeter para aprovação do Órgão Assembleia Municipal, de acordo com a alínea b) do nº. 2 do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, e de acordo com o nº. 7 do artigo 38º. da Lei nº. 2/2007, de 15 de Janeiro conceder autorização ao Órgão Câmara Municipal para contrair empréstimo de Curto Prazo até ao limite previsto no nº. 1 do artigo da mesma Lei, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2012.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 5.º 3 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do disposto nos artigos 64.º n.º 2 alínea c) e 53.º n.º 2 alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, e do disposto no artigo 3.º n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a proposta de Mapa de Pessoal do Município de Vila Real de Santo António para o ano de 2012, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM OBJECTIVO DE EQUILIBRAR O DESVIO NO TARIFÁRIO APLICADO PELA VRSA SGU NOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que não podem concordar com esta transferência de dinheiro para a Empresa Municipal SGU já que a posição do PS vai no sentido de que a gestão do abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais domésticas deve estar na esfera de poder directo da Câmara Municipal pelas razões que de uma forma exaustiva se têm vindo a referir, nomeadamente da perda de controlo por parte do Órgão Câmara Municipal quer do valor do tarifário quer das opções estratégicas de investimento para a área. A Sra. Vereadora Jovita Ladeira disse ainda que a luta encetada pelo PS aquando dos aumentos brutais das tarifas de consumo de água e esgotos levadas a efeito por parte do actual Executivo da Câmara Municipal deram os seus frutos, já que forçou o Presidente de Câmara a proceder a uma redução

de 25% e de 50% aos clientes não domésticos nos volumes consumidos de água e águas residuais, apesar de se ter ficado muito aquém do necessário.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a transferência financeira, para atribuição de indemnização compensatória à VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA de forma a suprir o desvio tarifário, no montante de € 163.887,92 (cento sessenta três euros oitocentos oitenta sete euros noventa e dois cêntimos), documentos que constituem parte integrante da presente acta.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA COM OBJECTIVO DE EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que não podem concordar com esta transferência de dinheiro para a Empresa Municipal SGU, no valor de 1.245.133,47 euros, com o objectivo de EQUILIBRAR OS RESULTADOS OPERACIONAIS DO COMPLEXO DESPORTIVO já o PS sempre defendeu que a gestão do Complexo desportivo Municipal deveria ser feito pela Câmara Municipal pelas razões que de uma forma exaustiva têm vindo a referir, nomeadamente da perda de controlo por parte do Órgão Câmara Municipal quer do valor do tarifário quer das opções estratégicas de investimento para a área a crescido que se trata de uma área que se enquadra nas áreas das competências legalmente acometidas à Câmara Municipal. A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu ainda que se assiste a um esvaziamento continuado das responsabilidades e das áreas de intervenção da Câmara Municipal já que estas têm vindo a ser transferidas de uma forma praticamente total para a Empresa Municipal SGU. O que é preocupante já que se trata de uma subversão da essência do Poder Local democrático.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a transferência financeira, para atribuição de indemnização compensatória do Complexo Desportivo de VRSA de forma a suprir o défice tarifário registado pela VRSA SGU EM SA na exploração daquela estrutura, no montante de € 1.245.133,47 (um milhão duzentos quarenta e cinco mil cento trinta e três euros e quarenta sete cêntimos), documentos que constituem parte integrante da presente acta.

ACORDO DE AFECTAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS ENTRE ENTIDADES DO GRUPO ECONÓMICO CONSOLIDANTE MUNICÍPIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a transferência dos activos e aprovar a minuta de acordo de afectação de activos tangíveis entre entidades do Grupo Económico Consolidante Município de Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

DELEGAÇÃO DE PODERES EM REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA VRSA SGU EM, SA, PARA DELIBERAÇÃO SOBRE TARIFÁRIO A APLICAR AOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS NO CONCELHO E DESCONTOS NAS TARIFAS DE DISPONIBILIDADE E DE CONSUMOS PARA OS CLIENTES DO TIPO NÃO DOMÉSTICOS.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que a proposta em causa visa delegar competências no representante da Câmara na Assembleia Geral da Empresa Municipal SGU para aprovar os tarifários para 2012. O PS não concorda com esta deslocalização de responsabilidades para fora da esfera de decisão do Órgão Câmara Municipal. A posição do PS vai no sentido de que a gestão do abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais domésticas deve estar na esfera de poder directo da Câmara Municipal por se tratar de um serviço publico e pelas razões que de uma forma exaustiva se têm vindo a referir, nomeadamente da perda de controlo por parte do Órgão Câmara Municipal quer do valor do tarifário quer das opções estratégicas de investimento para a área. A Sra. Vereador Jovita Ladeira disse ainda que a luta encetada pelo PS aquando dos aumentos brutais das tarifas de consumo de água e esgotos levadas a efeito por parte do actual Executivo da Câmara Municipal deram os seus frutos, já que forçou o Presidente de Câmara a proceder a uma redução de 25% e de 50% aos clientes não-domésticos nos volumes consumidos de água e águas residuais, apesar de se ter ficado muito aquém do necessário e o preço final a pagar pelo consumidor muito acima do que anteriormente era cobrado, facto extremamente penalizador face á época de grave crise financeira e económica que se vive.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a delegação de competências no seu representante na Assembleia Geral da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA, para aprovar a proposta de tarifário e desconto aos consumidores não domésticos, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira informou a Câmara de que por se tratar de um documento extenso e profundamente técnico exige mais tempo para ser analisado pelo que a discussão política do documento e a posição do PS sobre o mesmo será reservada para sede de reunião de Assembleia Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a proposta de alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro (Lei das Autarquias Locais), e que seja proposto a sua aprovação pela Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

REGULAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que é lamentável a situação a que chegou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António, vencimentos em atraso, em muito devido ao incumprimento dos pagamentos previstos nos Protocolos com a Câmara Municipal. A Vereadora afirmou ainda que o serviço público que prestam e a dignidade que uma associação desta natureza merece exige que em termos éticos se procure uma solução imediata para minorar os graves problemas financeiros que atravessa. A Vereadora referiu ainda que servindo esta corporação o concelho de Castro Marim deve-se encontrar o justo equilíbrio na repartição de encargos. A Sra. Vereadora Jovita Ladeira informou a Câmara de que, face aos constrangimentos imediatos, o PS apoiará a proposta mas que a discussão política aprofundada que o tema merece será reservada para ser tratada em sede de reunião de Assembleia Municipal.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Regulamento Municipal de Protecção Civil e de acordo com o nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, remeter a mesma para Assembleia Municipal para de acordo com a alínea a) aprovar o Regulamento e alínea e) estabelecer a referida taxa constante no anexo ao Regulamento, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

ACTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade, dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 14.10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
